



JORNAL OFICIAL

II SÉRIE – NÚMERO 230

QUARTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2016

ÍNDICE:

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
EMPRESARIAL**

Direção Regional de Organização e Administração Pública

Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Página 10007

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>

Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt



SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Direção Regional da Educação

SECRETARIA REGIONAL DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Despacho

Anúncio

SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Direção Regional dos Transportes

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

Despacho

Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO

Direção Regional da Energia

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Despacho

IROA, S.A. – Instituto Regional do Ordenamento Agrário



JORNAL OFICIAL

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Anúncio

MUNICÍPIO DE PRAIA DA VITÓRIA

Anúncios

**JORNAL OFICIAL****DIREÇÃO REGIONAL DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Extrato de Portaria n.º 90/2016 de 30 de Novembro de 2016

Pela Portaria n.º 43/2016, de 8 de novembro, do Vice-Presidente do Governo, é transferida a seguinte verba para o município abaixo indicado, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/A, de 14 de abril, que altera e republica o Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho – Encargos de Funcionamento dos Conselhos de Ilha.

Velas

1 281,17 €

Rubrica orçamental:

- Capítulo 50 – Despesas do Plano
- Programa 1 – Competitividade, Emprego e Gestão Pública
- Projeto 1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais
- Ação 1.7.2 - Cooperação financeira com os Municípios
- Classificação Económica D.04.05.02.Y0.00 - Transferências Correntes - Administração Local - Região Autónoma dos Açores – Municípios.

8 de novembro de 2016. - O Diretor Regional de Organização e Administração Pública, *Victor Jorge Ribeiro Santos*.

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Despacho n.º 2717/2016 de 30 de Novembro de 2016

Nos termos dos artigos 169.º a 171.º do Código do Procedimento Administrativo, revogo parcialmente o Despacho n.º 1845/2013, de 21 de outubro, cujo extrato foi publicado no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 203, na parte que respeita aos apoios atribuídos às entidades abaixo indicadas, os quais foram atribuídos pela criação de novos postos de trabalho no âmbito do Programa de Incentivo à Inserção dos Estagiários L e T – PIIE, ficando as entidades empregadoras obrigadas a restituir a totalidade do apoio financeiro recebido, por impedimento do acompanhamento e fiscalização das obrigações do programa, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 10.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 13/2013, de 19 de fevereiro, alterado e republicado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 8/2015, de 6 de janeiro:

**JORNAL OFICIAL**

- Casa do Povo da Terra Chã, Número de Identificação Fiscal 512 006 016, processo n.º 55/2013, apoio de € 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta euros);

- Guilherme Costa e Filhos, Lda., Número de Identificação Fiscal 512 098 522, processo n.º 81/2013, apoio de € 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta euros);

- Centro Cultural, Social e Recreativo Nossa Senhora da Piedade, Número de Identificação Fiscal 512 031 720, processo n.º 83/2013, apoio de € 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta euros);

- Picos de Aventura Animação e Lazer, S.A., Número de Identificação Fiscal 512 071 438, processos n.ºs 75 e 120/2013, apoios, respetivamente, de € 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta euros) e € 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta euros);

- Organizações Diogo, Comércio e Indústria de Carnes Lda., Número de Identificação Fiscal 512 033 021, processo n.º 149/2013, apoio de € 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta euros).

10 de agosto de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**Despacho n.º 2718/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Nos termos da alínea *a)*, do n.º 1, do artigo 6.º, da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2013, de 19 de fevereiro, determino atribuir a Bruno Rogério Cordeiro Martins, com o contribuinte n.º 224806700, beneficiário da segurança social n.º 12014230418, residente na Estrada Regional da Relva, n.º 37 AA, concelho de Ponta Delgada, um prémio não reembolsável no montante de € 3.000 (três mil euros), pela criação do próprio emprego do beneficiário, como Empresário em Nome Individual, na atividade principal de "Outras Atividades Relacionadas com as Tecnologias da Informação e Informática", CAE Rev. 3 – 62090.

Nos termos do artigo 12.º, da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2013, de 19 de fevereiro, o apoio a título de prémio é assegurado pelo orçamento do Fundo Regional de Emprego.

23 de novembro de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Paula Catarina Castelo Borges Andrade*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL****DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL****Despacho n.º 2719/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 6.º, da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2013, de 19 de fevereiro, determino atribuir a Ana Júlia Carvalho Braga Botelho, com o contribuinte n.º 213869276, beneficiário da segurança social n.º 10321431501, residente na Urbanização Ilha do Sol, n.º 65, concelho de Vila do Porto, um prémio não reembolsável no montante de € 3.000 (três mil euros), pela criação do próprio emprego do beneficiário, como Empresário em Nome Individual, na atividade principal de “Atividades Combinadas de Serviços Administrativos”, CAE Rev. 3 – 82110.

Nos termos do artigo 12.º, da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2013, de 19 de fevereiro, o apoio a título de prémio é assegurado pelo orçamento do Fundo Regional de Emprego.

23 de novembro de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Paula Catarina Castelo Borges Andrade*.

S.R. DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**Portaria n.º 1747/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Por Portaria n.º 408 da Secretária Regional da Solidariedade Social, de 24 de novembro de 2016, foi atribuída a verba de 6.948,76€ ao Centro Infantil de Angra do Heroísmo - Terceira, destinada à comparticipação de despesas referentes à obra de remodelação e ampliação da Creche e Jardim-de-infância “O Baloço”, a ser processada pelo Capítulo 50 – Despesas do Plano, Divisão (programa) 7 – Solidariedade Social, 7.1 - Apoio à Infância e Juventude, Classificação Económica 08.07.01 O).

24 de novembro de 2016. - A Secretária Regional da Solidariedade Social, *Andreia Martins Cardoso da Costa*.

DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**Extrato de Despacho n.º 458/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Por despacho da Diretora Regional, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, para o ano escolar 2016/2017, com os docentes abaixo indicados:

**JORNAL OFICIAL**

Escola Básica e Secundária Tomás de Borba:

Educação pré-escolar:

Grupo de recrutamento da Educação Pré-Escolar – código 100:

Por despacho de 20 de setembro de 2016:

Cesária Maria Cunha Gonçalves Sousa, por 30 dias, com início a 21 de setembro de 2016, em horário completo, remunerada pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Por despacho de 18 de outubro de 2016:

Cátia Marina Oliveira Rego, por 30 dias, com início a 19 de outubro de 2016, em horário completo, remunerada pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Educação especial:

Grupo de recrutamento de Educação Especial – Educação pré-escolar – código 101:

Por despacho de 9 de setembro de 2016:

Madalena Henrique Berbereia Moniz, por 30 dias, com início a 12 de setembro de 2016, em horário completo, remunerada pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

1.º ciclo do ensino básico:

Grupo de recrutamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico – código 110:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Fânia Darlene dos Santos Ferreira, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Paula Cristina Simas Mateus Amaral, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Por despacho de 9 de setembro de 2016:

Sara de Lurdes Santos Medeiros, por 30 dias, com início a 12 de setembro de 2016, em horário completo, remunerada pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Educação especial:

Grupo de recrutamento de Educação Especial – 1.º ciclo do ensino básico – código 111:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

**JORNAL OFICIAL**

Cláudia Margarida Zimbra Lemos, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

2.º ciclo do ensino básico:

Grupo de recrutamento de Português e Inglês – código 220:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Elisabete Marisa Ferreira Tavares, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Por despacho de 4 de outubro de 2016:

Arivalda Marina Vieira Ávila, por 30 dias, com início a 6 de outubro de 2016, em horário incompleto correspondente a 18 horas letivas semanais, com remuneração calculada com base no índice 167, no valor de 1.242,52€;

Grupo de recrutamento de Educação Visual e Tecnológica – código 240:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Maria do Rosário Abreu de Carvalho, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Ruy Eduardo Carapeto Pereira de Lima, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerado mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Grupo de recrutamento de Educação Moral e Religiosa Católica – código 290:

Por despacho de 4 de agosto de 2016:

Elisabete Maria Batista Rodrigues, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 151, no valor de 1.373,13€;

3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário:

Grupo de recrutamento de Francês – código 320:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Marisa de Fátima Monteiro Teixeira, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

**JORNAL OFICIAL**

Grupo de recrutamento de Filosofia – código 410:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Maria Amélia Ribeiro Guimarães, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Grupo de recrutamento de Geografia – código 420:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Lúcia Simões Baptista, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Grupo de recrutamento de Matemática – código 500:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Adelino Manuel Rodrigues Ferreira, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerado mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Ana Conceição Teixeira Rego Oliveira, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Grupo de recrutamento de Biologia e Geologia – código 520:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Dulce Cristina Raminhos Neves, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Hélder Cardoso Amaral, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerado mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Por despacho de 7 de setembro de 2016:

Liliana Gonçalves Passos, com início a 9 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Grupo de recrutamento de Educação Tecnológica – código 530:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

João Paulo Gomes Alves, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerado mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Educação Especial:

**JORNAL OFICIAL**

Grupo de recrutamento de Educação Especial – 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário – código 700:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Raquel Maria Oliveira dos Santos, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€;

Ensino Vocacional da Música:

Grupo de recrutamento de Formação Musical, Educação Musical – código M28:

Por despacho de 29 de agosto de 2016:

Svitlana Romanyshyn, com início a 1 de setembro de 2016, e termo a 31 de agosto de 2017, em horário completo, remunerada mensalmente pelo índice 167, no valor de 1.518,63€.

24 de novembro de 2016. - A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Lúcia Maria Espínola Moniz*.

S.R. DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Despacho n.º 2720/2016 de 30 de Novembro de 2016

Considerando que a Administração Pública deve adotar procedimentos que assegurem a celeridade, economia e eficiência das suas decisões;

Considerando que uma das formas de alcançar tal desiderato passa pelo recurso à delegação de poderes;

Considerando que, na sequência da publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, que aprova a estrutura orgânica do XII Governo Regional dos Açores, foi nomeado para o lugar de Inspetor Regional das Pescas Rogério Ribeiro Ferraz.

Assim, nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2005, de 7 de janeiro, e do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/A, de 11 de fevereiro, determino o seguinte:

1 – Delegar no Inspetor Regional das Pescas, Rogério Ribeiro Ferraz, as competências para a prática dos seguintes atos, no âmbito dos serviços dependentes da Inspeção Regional das Pescas:

A. No âmbito da gestão orçamental e realização de despesas:

**JORNAL OFICIAL**

a) Elaborar os projetos de orçamento de funcionamento e de investimento, tendo em conta os planos de atividades e os programas aprovados;

b) Celebrar contratos de seguro e de arrendamento, nos termos legais, e autorizar a respetiva atualização, sempre que resulte de imposição legal;

c) Autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços, até ao limite de 50.000,00 euros, ou outro que venha a ser fixado no diploma de execução orçamental.

B. No âmbito da gestão de instalações e equipamento:

a) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao serviço, bem como na sua manutenção e conservação.

2 – A presente delegação inclui, no seu âmbito, a delegação de assinatura.

3 – O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

25 de novembro de 2016. - O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, *Gui Manuel Machado Menezes*.

S.R. DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Anúncio n.º 309/2016 de 30 de Novembro de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Serviço/órgão/pessoa de contato

Direção de Serviços de Gestão Costeira e Licenciamentos - Fernando Cardoso

Endereço (*)

Rua D. Pedro IV, n.º 29 – Apartado 9

Código postal (*)

9900-014

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292202400



JORNAL OFICIAL

Fax (00351)

292202401

Endereço eletrónico (*)

info.dram@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Concurso Público n.º 10/DRAM/2016 Empreitada de Requalificação Costeira da Costa Norte de São Miguel, Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel

Descrição sucinta do objeto do contrato

Construção da proteção marítima na base da falésia contra a ação direta da agitação; Reconstrução do descarregador de águas pluviais colapsado; Limpeza e tratamento dos terrenos na crista da arriba.

Tipo de contrato

empreitada de obras públicas (*). Caso seja "Outro", indique qual: Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (1) (*)

45243100-3

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*)não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*)não

É utilizado um leilão eletrónico? (*)não

É adotada uma fase de negociação? (*)não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*)não

**JORNAL OFICIAL**

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*)não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*)não

5 - Divisão em lotes (*)não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores, ilha de São Miguel

Concelho:

Ribeira Grande

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

300 dias ou Clique aqui para introduzir texto. meses

8 - Documentos de habilitação

Conforme dispõe o n.º 23 do Programa do Procedimento: Documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP: Declaração a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro; Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos

**JORNAL OFICIAL**

Contratos Públicos; Cópia dos alvarás ou certificados de empreiteiro de obras públicas, emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC I.P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, nomeadamente: 3.^a Subcategoria (Obras de proteção costeira) da 3.^a Categoria (Obras hidráulicas) da classe que cubra o valor global da proposta; 7.^a subcategoria (Drenagens e tratamento de taludes) da 5.^a categoria (Outros trabalhos), em classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite. Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente; Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável; da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia/Direção Regional dos Assuntos do Mar

Endereço desse serviço (*)

Rua D. Pedro IV, n.º 29 – Apartado 9

Código postal (*)

9900-014

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292202400

Fax (00351)

292202401



JORNAL OFICIAL

Endereço eletrónico (*)

info.dram@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

Não aplicável nos termos do artigo 92.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Sem custo

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 17 horas do 36.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Preço 40%; Qualidade técnica da proposta 60% (Plano de trabalhos 70% e Memória descritiva e justificativa de execução da obra – 30%).

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Endereço (*)

Rua D. Pedro IV, n.º 29 – Apartado 9

Código postal (*)

9900-014

Localidade (*)

**JORNAL OFICIAL**

Horta

Telefone (00351)

292202400

Fax (00351)

292202401

Endereço eletrónico (*)

info.dram@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

28-11-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

Nos termos da cláusula 35.^a do caderno de encargos o preço base da empreitada é de 3.300.000 € (três milhões e trezentos mil euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) *Fernando Cardoso*

Cargo ou função (*) Diretor de Serviços de Gestão Costeira e Licenciamentos

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.

**JORNAL OFICIAL****DIREÇÃO REGIONAL DOS TRANSPORTES****Despacho n.º 2721/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 9 de maio, na sua atual redação, e na alínea e) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/A, de 11 de fevereiro, determino o seguinte:

1 – Delegar na chefe de divisão dos Transportes Marítimos, a licenciada Fernanda da Assunção Vieira Ferreira, a competência para, nas minhas ausências e impedimentos, praticar os seguintes atos:

a) Conceder autorização de embarque de tripulantes no tráfego local, bem como emitir certificados de lotação de segurança para as embarcações de tráfego, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 280/2001, de 23 de outubro, e suas posteriores e sucessivas alterações;

b) Conceder licenças e emitir certificados de lotação de segurança para a atividade marítimo-turística, bem como autorizar a lotação das embarcações de acordo com o estabelecido no artigo 16.º Decreto Legislativo Regional n.º 23/2007/A, de 23 de outubro;

c) Autorizar os armadores de tráfego local a navegar em áreas diferentes das já legalmente permitidas, de acordo com o previsto no artigo 5.º, conjugado com o artigo 20.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/98, de 10 de julho;

d) Emitir, suspender e cancelar os certificados de piloto, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março.

2 – Delegar na chefe de divisão referida no número anterior, bem como na chefe de divisão dos Transportes Aéreos, a licenciada Maria Goreti Rego Cordeiro de Sousa Gouveia, a competência para, nas minhas ausências e impedimentos, praticar os seguintes atos:

a) Justificar ou injustificar faltas;

b) Autorizar o gozo e a acumulação de férias;

c) Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

d) Solicitar a verificação domiciliária da doença de trabalhadores à autoridade sanitária ou à ADSE;

**JORNAL OFICIAL**

e) Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, e o processamento das respetivas despesas com aquisição dos bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

f) Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos e proferir os despachos necessários ao seu normal desenvolvimento;

g) Assinar a correspondência e o expediente, com exceção da correspondência que, não envolvendo apenas assuntos correntes, seja dirigida aos gabinetes dos titulares de órgãos de soberania, ao Provedor de Justiça e aos gabinetes dos membros do Governo;

h) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, até ao montante máximo de €2.500,00.

3 – A presente delegação de poderes inclui no seu âmbito a delegação de assinatura.

4 – O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

28 de novembro de 2016. - O Diretor Regional dos Transportes, *Luís Filipe Amaro Pacheco de Melo*.

S.R. DA SAÚDE**Despacho n.º 2722/2016 de 30 de Novembro de 2016**

No uso da autorização conferida pelo Secretário Regional da Saúde, por despacho de 7 de novembro de 2016, com efeitos a 4 de novembro de 2016, publicado com o n.º 2662, no *Jornal Oficial*, II Série n.º 225, de 23 de novembro, e nos termos dos artigos 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/99/A, de 21 de dezembro, subdelego, nas minhas ausências, as competências constantes no referido despacho, no Adjunto do Gabinete, o licenciado José Miguel de Freitas Toste.

23 de novembro de 2016. - O Chefe do Gabinete, *Pedro Gonçalo Soares da Costa*.

HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.**Anúncio n.º 310/2016 de 30 de Novembro de 2016**

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER



Serviço/órgão/pessoa de contato

Departamento de Logística

Endereço (*)

Canada do Breado

Código postal (*)

9700 - 049

Localidade (*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295403200

Fax (00351)

295240087

Endereço eletrónico (*)

sres.hseit.secretaria@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Fornecimento de material administrativo ao HSEIT, EPER

Descrição sucinta do objeto do contrato

Fornecimento de material administrativo ao HSEIT, EPER

Tipo de contrato

aquisição de bens móveis (*). Caso seja "Outro", indique qual: [Clique aqui para introduzir texto](#).

Classificação CPV (1) (*)

30192000-1, Material de escritório.

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

**JORNAL OFICIAL**

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: 12 meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*)não

É utilizado um leilão eletrónico? (*)não

É adotada uma fase de negociação? (*)não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*)não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*)não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*)não

5 - Divisão em lotes (*) sim :

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

1

Designação do lote (*)

Economato

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Fornecimento de material de economato

Classificação CPV (2) (*)

30192000-1, Material de escritório.

Lote n.º (*)

2

Designação do lote (*)

Consumíveis Informáticos

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Fornecimento de consumíveis informáticos

Classificação CPV (2) (*)

30192000-1, Material de escritório.



[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Angra do Heroísmo

Código NUTS (3):

PT 200 – Região Autónoma dos Açores

7 - Prazo de execução do contrato (*):

Clique aqui para introduzir texto. dias ou 12 meses

8 - Documentos de habilitação

Conforme artigo 25º do Programa de Procedimento

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) ☐ sim ☐ não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

N/A

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Departamento de Logística do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

Endereço desse serviço (*)

Canada do Breado

Código postal (*)



JORNAL OFICIAL

9700 - 049

Localidade (*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295403218

Fax (00351)

295240087

Endereço eletrónico (*)

Aida.fc.bettencourt@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

<http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov>

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Não aplicável

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 23.59 horas do 10.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

mais baixo preço

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Clique aqui para introduzir texto.

14 - Dispensa de prestação de caução sim

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)



JORNAL OFICIAL

Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

Endereço (*)

Canada do Breado

Código postal (*)

9700 – 049

Localidade (*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295403200

Fax (00351)

295240087

Endereço eletrónico (*)

sres.hseit.secretaria@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

5 dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

28-11-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

Clique aqui para introduzir texto.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) *Gustavo Santos*

Cargo ou função (*) Técnico do Superior do Departamento de Logística

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado

**JORNAL OFICIAL**

no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.

DIREÇÃO REGIONAL DA ENERGIA
Édito n.º 56/2016 de 30 de Novembro de 2016

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, alterado pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente, na Direção Regional da Energia, sita na Rua Eng. Deodato Magalhães, n.º 6 - Paim, 9500-768 Ponta Delgada, e na Secretaria da Câmara Municipal de Ponta Delgada, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste édito no *Jornal Oficial*, o projeto apresentado pela Empresa Eletricidade dos Açores - EDA, S.A., registado na Direção Regional da Energia com o n.º 30-2005/16 (4137/F), relativo ao estabelecimento da instalação designada por Aditamento - Ramal Aéreo de MT a 30 kV para o PT AI IROA - Ginjal, sita em Freguesia de Arrifes, Concelho de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel. A instalação é constituída por um ramal aéreo de MT a 30 kV com 474 metros de comprimento, derivado do apoio n.º 39 da Linha MT a 30 kV Milhafres - Remédios.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser apresentadas, por escrito, na referida Direção Regional, dentro do prazo citado.

28 de novembro de 2016. - Diretor de Serviços dos Licenciamentos Energéticos, *Francisco Eduardo Tomé de Andrade*.

DIREÇÃO REGIONAL DA ENERGIA
Édito n.º 57/2016 de 30 de Novembro de 2016

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, alterado pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente, na Direção Regional da Energia, sita na Rua Eng. Deodato Magalhães, n.º 6 - Paim, 9500-768 Ponta Delgada, e nas Secretarias das Câmaras Municipais de Velas e Calheta, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste édito no *Jornal*

**JORNAL OFICIAL**

Oficial, o projeto apresentado pela Empresa Eletricidade dos Açores - EDA, S.A., registado na Direção Regional da Energia com o n.º 30-5008/16 (4138/F), relativo ao estabelecimento da instalação designada por Linha Mista de MT a 30 kV Caminho Novo - Pico da Urze, sita em Freguesias de Urzelina, Manadas, Calheta e Ribeira Seca, Concelhos de Velas e Calheta, Ilha de S. Jorge. A instalação é constituída por uma Linha Mista de MT a 30 kV com 21.630 metros de comprimento (21.480 m troço aéreo e 150 m de troço subterrâneo), derivada da Central Termoelétrica do Caminho Novo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser apresentadas, por escrito, na referida Direção Regional, dentro do prazo citado.

28 de novembro de 2016. - O Diretor de Serviços dos Licenciamentos Energéticos, *Francisco Eduardo Tomé de Andrade*.

S.R. AGRICULTURA E FLORESTAS**Despacho n.º 2723/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/99/A, de 21 de dezembro, e obtida a concordância da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, determino que a técnica superior, Ana Paula Garcia de Lemos, assegure funções de apoio técnico, na área da sua especialidade, mantendo as garantias do seu estatuto profissional de origem, auferindo como remuneração mensal a quantia de € 1 900,00 (mil e novecentos euros).

O presente despacho produz efeitos a partir de 04 de novembro de 2016.

15 de novembro de 2016. - O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *João António Ferreira Ponte*.

IROA, S. A. - INSTITUTO REGIONAL DO ORDENAMENTO AGRÁRIO**Despacho n.º 2724/2016 de 30 de Novembro de 2016**

Considerando a pretensão da requerente Isabel Maria Viola Busca, contribuinte fiscal n.º 214150313, residente na freguesia dos Flamengos, concelho da Horta, de proceder à construção de edifícios de alojamento local integrados em quinta agrícola, com área total de construção prevista de 292 m², no prédio sito à Carreira de Tiro - Courelas, freguesia da Feteira, concelho da Horta, com o artigo matricial rústico n.º 2857 e com a área de 1,5488 ha;

Considerando que a requerente tem uma exploração hortofrutícola com a área total de 1,7 ha;

**JORNAL OFICIAL**

Considerando que o referido prédio é parte integrante da exploração agrícola, que existe atividade agrícola comprovada e que a referida pretensão não condiciona a manutenção da mesma;

Considerando o disposto nos artigos 8.º e 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2012/A, de 16 de julho, que atribui ao IROA, S.A. as competências de confirmar as exceções previstas pelo mesmo diploma legal.

Assim, ao abrigo do disposto da alínea d) do n.º 1 do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2012/A, de 16 de julho, o IROA, S.A. determina:

A confirmação da exceção, para a realização de obras indispensáveis a instalações agroturísticas como complemento da atividade agrícola, no prédio rústico parcialmente incluído na Reserva Agrícola Regional, sito às Courelas, freguesia da Feteira, concelho da Horta, com o artigo matricial rústico n.º 2857.

11 de novembro de 2016. - O Presidente do Conselho de Administração, *Ricardo José Moniz da Silva*.

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO
Anúncio n.º 311/2016 de 30 de Novembro de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Município de Angra do Heroísmo

Serviço/órgão/pessoa de contato

Subunidade de Contratação Pública

Endereço (*)

Praça Velha

Código postal (*)

9701-857

Localidade (*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

**JORNAL OFICIAL**

295401700

Fax (00351)

295401701

Endereço eletrónico (*)

contratacao publica@cmah.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Empreitada para Construção de Canal de Regularização Pluvial – Grota dos Calrinhos

Descrição sucinta do objeto do contrato

Empreitada para Construção de Canal de Regularização Pluvial – Grota dos Calrinhos

Tipo de contrato

empreitada de obras públicas (*). Caso seja “Outro”, indique qual: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (1) (*)

45000000

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até:

ou - por: [Clique aqui para introduzir texto.](#) meses ou [Clique aqui para introduzir texto.](#) anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não



4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*)não

5 - Divisão em lotes (*)não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Angra do Heroísmo

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

6 meses

8 - Documentos de habilitação

De acordo com o previsto na cláusula 32.^a do Programa de Procedimento.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*)não

[Em caso afirmativo]



JORNAL OFICIAL

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Subunidade de Contratação Pública

Endereço desse serviço (*)

Praça Velha, s/n

Código postal (*)

9701-857

Localidade (*)

Angrado Heroísmo

Telefone (00351)

295401700

Fax (00351)

2985401701

Endereço eletrónico (*)

contratacao.publica@cmah.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

www.saphety.com

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Clique aqui para introduzir texto.

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 23 horas e 59 minutos do 11.º dia a contar da data de envio do presente anúncio



JORNAL OFICIAL

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

De acordo com o previsto na cláusula 24.^a do Programa de Procedimento.

14 - Dispensa de prestação de caução sim

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Município de Angra do Heroísmo

Endereço (*)

Praça Velha, s/n

Código postal (*)

9701-857

Localidade (*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295401700

Fax (00351)

295401701

Endereço eletrónico (*)

contratacao publica@cmah.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

28/11/2016

**JORNAL OFICIAL**

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? sim (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

DL n.º 18/2008, de 29/01 e DLR n.º 27/2015/A, de 29/12.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) *José Gabriel do Álamo de Meneses*

Cargo ou função (*) Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE PRAIA DA VITÓRIA
Anúncio n.º 312/2016 de 30 de Novembro de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

NIF 512044023 - Município da Praia da Vitória

Serviço/órgão/pessoa de contato

Município da Praia da Vitória

Endereço (*)

Praça Francisco Ornelas da Câmara

Código postal (*)

9760-851

**JORNAL OFICIAL**

Localidade (*)

Praia da Vitória

Telefone (00351)

295540200

Fax (00351)

295540210

Endereço eletrónico (*)

geral@cmpv.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Regularização e Desobstrução de Ribeiras do Concelho

Descrição sucinta do objeto do contrato

O objeto da empreitada é solucionar diversas pontes críticas existentes em diversas ribeiras do concelho, nomeadamente em relação a passagens hidráulicas existentes ou a construir, construção de passagens a vau em betão, desassoreamento de ribeiras e pavimentação em betão de um troço de ribeira.

Tipo de contrato

empreitada de obras públicas (*). Caso seja "Outro", indique qual: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (1) (*)

45246000 – Regularização de cursos de água e de controlo de cheias

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

ou - por: [Clique aqui para introduzir texto. meses](#) ou [Clique aqui para introduzir texto. anos](#)

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

**JORNAL OFICIAL**

É utilizado um leilão eletrónico? (*)não

É adotada uma fase de negociação? (*)não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*)não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*)não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*)não

5 - Divisão em lotes (*)não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Designação do lote (*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (2) (*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Praia da Vitória

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

300 dias ou [Clique aqui para introduzir texto.](#) meses



8 - Documentos de habilitação

Os exigidos no Código dos Contratos Públicos conjugado com o Decreto Legislativo Regional nº. 27/2015/A de 29 de dezembro

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Município da Praia da Vitória

Endereço desse serviço (*)

Rua do Cruzeiro

Código postal (*)

9760-851

Localidade (*)

Praia da Vitória

Telefone (00351)

295540200

Fax (00351)

295540210

Endereço eletrónico (*)

Virginia.faria@cmpv.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)



JORNAL OFICIAL

Não existe. As propostas serão entregues em papel

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Clique aqui para introduzir texto.

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 16:30 horas do 35 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

mais baixo preço

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Clique aqui para introduzir texto.

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Município da Praia da Vitória

Endereço (*)

Rua do Cruzeiro

Código postal (*)

9760-851

Localidade (*)

Praia da Vitória

Telefone (00351)

295540200

Fax (00351)

295540210

Endereço eletrónico (*)

**JORNAL OFICIAL**

Geral@cmpv.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

30-11-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

Valor do preço base do procedimento: 271.959,70 EUR - Alvará ou títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, nos seguintes termos: a) A 1ª subcategoria da 1ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta e integra-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra; b) A 4ª subcategoria da 1ª categoria; na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite; c) A 1ª e 5ª subcategoria da 2ª categoria; na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite; d) A 2ª subcategoria da 5ª categoria; na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) *Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro*

Cargo ou função (*) Presidente da Câmara Municipal

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.



MUNICÍPIO DE PRAIA DA VITÓRIA

Anúncio n.º 313/2016 de 30 de Novembro de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

NIF 512044023 - Município da Praia da Vitória

Serviço/órgão/pessoa de contato

Município da Praia da Vitória

Endereço (*)

Praça Francisco Ornelas da Câmara

Código postal (*)

9760-851

Localidade (*)

Praia da Vitória

Telefone (00351)

295540200

Fax (00351)

295540210

Endereço eletrónico (*)

geral@cmpv.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Fornecimento de combustíveis rodoviários (gasóleo e gasolina), em postos públicos de abastecimento, para o parque de viaturas do Município da Praia da Vitória, para o ano de 2017.

Descrição sucinta do objeto do contrato

Clique aqui para introduzir texto.

Tipo de contrato

aquisição de bens móveis (*). Caso seja "Outro", indique qual: Clique aqui para introduzir texto.

**JORNAL OFICIAL**

Classificação CPV (1) (*)

09100000-0 - Combustíveis

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*)não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*)não

É utilizado um leilão eletrónico? (*)não

É adotada uma fase de negociação? (*)não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*)não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*)não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*)não

5 - Divisão em lotes (*)não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)



JORNAL OFICIAL

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Praia da Vitória

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

Clique aqui para introduzir texto. dias ou 12 meses

8 - Documentos de habilitação

Os exigidos no Código dos Contratos Públicos conjugado com o Decreto Legislativo Regional nº. 27/2015/A de 29 de dezembro

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*)não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Serviço de Aprovisionamento e Armazém da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Endereço desse serviço (*)

Rua do Cruzeiro

Código postal (*)

9760-851

Localidade (*)

**JORNAL OFICIAL**

Praia da Vitória

Telefone (00351)

295540200

Fax (00351)

295540210

Endereço eletrónico (*)

anabela.leal@cmpv.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

Não existe. As propostas serão entregues em papel

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Clique aqui para introduzir texto.

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 16:30 horas do 15.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

1 - Tendo em conta os seguintes fatores: a) Preço (70%); b) Cobertura geográfica de postos de abastecimento (30%). 2 - Modelo de avaliação das propostas: As propostas serão ordenadas da mais alta pontuação (1.º lugar) para a mais baixa pontuação (último lugar), obtida após a aplicação das seguintes ponderações: PGP (Pontuação Global da Proposta) = 0,7 A + 0,3 B; A = Preço; B = Cobertura Geográfica dos postos de abastecimento na Praia da Vitória (n.º de postos de abastecimento público) = NPA. Cada posto de abastecimento tem um valor de 0,1 pontos (NPA = n.º de postos * 0,1)

14 - Dispensa de prestação de caução sim



JORNAL OFICIAL

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Município da Praia da Vitória

Endereço (*)

Rua do Cruzeiro

Código postal (*)

9760-851

Localidade (*)

Praia da Vitória

Telefone (00351)

295540200

Fax (00351)

295540210

Endereço eletrónico (*)

Geral@cmpv.pt

Prazo de interposição do recurso:

[Clique aqui para introduzir texto.](#) dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

30-11-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

Valor do preço base do procedimento: 82.000,00 €. Tipo de Combustível: Gasóleo Rodoviário – 68.000 litros; Gasolina s/chumbo 95 – 6.500 litros

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) *Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro*

Cargo ou função (*) Presidente da Câmara Municipal

**JORNAL OFICIAL**

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.